

Poder investigado

Polícia Federal apura as relações suspeitas de políticos, empresários e fazendeiros com PMs acusados de integrar grupo de extermínio. Mesmo denunciados à Justiça, oficiais receberam promoções de patentes

Cadu Gomes/CB/D.A Press - 15/2/11

» RENATO ALVES

Durante anos, policiais militares acusados de integrar grupos de extermínio em Goiás tiveram apoio de políticos, empresários e fazendeiros do estado. Agora, essa relação é investigada pela Polícia Federal (PF). Agentes querem saber o que ganhava em troca quem promovia ou financiava os PMs envolvidos em matanças. Há forte suspeita de mortes por encomenda.

Escutas telefônicas gravadas com autorização judicial mostram o envolvimento de políticos com militares envolvidos em execuções (leia abaixo). Promoções de patentes e apoios durante campanhas eleitoral revelam o prestígio de oficiais denunciados por diversos crimes com ocupantes do primeiro escalão da antiga administração do governo de Goiás.

Além dos 19 PMs presos em 15 de fevereiro durante a Operação Sexto Mandamento, oito autoridades goianas estão sob investigação, mas em liberdade. Fazem parte da lista o ex-secretário de Segurança Pública Ernesto Roller e o ex-secretário da Fazenda estadual Jorcelino Braga. Ambos são suspeitos de tráfico de influência que resultaram nas promoções de patentes de integrantes do esquadrão da morte.

O caso mais emblemático é o de Ernesto Roller, que elevou as patentes dos principais envolvidos nos crimes e se recusou a investigar as denúncias de assassinatos cometidos pelos policiais militares enquanto esteve no cargo, durante o governo Alcides Rodrigues (2007-2010).

Entre outros, Roller coroou com o posto de tenente-coronel o então major Ricardo Rocha. Aparentado como líder do grupo de extermínio, Rocha comandou o 16º Batalhão da PM, em Formosa (GO), por dois anos. Na cidade distante 70km de Brasília, ele matou 15 pessoas, segundo as investigações. O tenente-coronel ainda coleciona mais de 100 mortes em outras localidades. O oficial é um dos 19 presos pela PF na Operação Sexto Mandamento. Ele está detido no presídio federal de segurança máxima de Campo Grande (MS) desde 15 de fevereiro.

Mortes em série

As vítimas do bando liderado por Ricardo Rocha eram jovens, quase todos viciados em algum tipo de droga. Todos morreram com tiros à queima-roupa, com pelo menos uma bala na nuca, sem demonstrar reação, de acordo com laudos cadavéricos revelados pelo *Correio Braziliense* em série de reportagens publicadas desde maio de 2009.

Mesmo indiciado pela Corregedoria da corporação, respondendo a inquéritos por homicídio e com a candidatura impugnada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o oficial disputou vaga na Assembleia Legislativa de Goiás, mas acabou perdendo nas urnas.

O major e os outros sete PMs foram afastados do trabalho no começo de março de 2010, logo após denúncia da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás. Duas semanas depois, três soldados e um sargento da mesma unidade foram presos sob a acusação de envolvimento em crime de pistolagem.

Eles seriam os autores do sequestro do fazendeiro José Eduardo Ferreira, 56 anos, assassinado um ano antes. A morte teria sido encomendada por outro produtor rural, com quem a vítima havia brigado por disputa de terras, segundo a investigação da Polícia Civil goiana.

Diálogos suspeitos

Trechos do inquérito da Polícia Federal trazem detalhes de como agiam policiais militares goianos presos na Operação Sexto Mandamento. Diálogos interceptados com autorização judicial mostram como os acusados matam suas vítimas, gostam de tal prática e a intimidade deles com secretários de Estado, juízes e outras autoridades.

"O choque aí (em Formosa) tem de ser de três, cinco, zero, beleza?", informava o capitão Durvalino Câmara Santos Júnior, um dos 19 presos na Operação Sexto Mandamento, cobrando R\$ 350 mil para apoiar a campanha para deputado estadual do então major Ricardo Rocha.

"Que sai. Eu já andei sondando aqui o povo do gabinete do Ernesto (Roller) e sai", completou Câmara, ao que interlocutor responde:

"Mas tem de ser, né, bicho. Que só aqui é cem, o cabo eleitoral, né cara?"

"Nós tem (sic) que estruturar bem aqui, por conta de que vai faltar em Rio Verde, né, véi? Certeza", disse o interlocutor de Formosa sobre um acerto entre a Câmara e o major André Ribeiro Nunes (também preso pela PF), que conversam sobre como teria



Ex-secretário de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Roller é investigado pela PF por barrar apurações contra policiais militares e ainda promovê-los a oficiais

Ricardo Rocha foi denunciado também pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) por participação em uma chacina com cinco mortes e por crime de pistolagem. Tudo ocorreu quando ele era o subcomandante da PM em Rio Verde, no sudoeste goiano. Após as mortes em série, Rocha foi transferido para Goiânia (GO), onde comandou a Rotam entre 2003 e 2005. Foi a época em que a PM mais matou na capital.

De 6 de março de 2003 a 15 de maio de 2005, foram registrados 117 homicídios em Goiânia cuja autoria é atribuída a PMs, a maioria da Rotam. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham ficha criminal. Outras 60 (51,3%) eram foragidas da Justiça ou acusadas de algum crime.

Em meio à investigação do MPGO sobre esses casos, o major voltou a Rio Verde. Em seguida, foi para Formosa, terra natal e base eleitoral do então secretário de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Roller, deputado estadual pelo PP e candidato a vice-governador na chapa de Vanderlan (PP).

Conversas grampeadas

Como fez desde o início da série de reportagens do *Correio* sobre as execuções no Entorno, em maio de 2009, Ernesto Roller se disse vítima de "perseguição política" — sem citar nomes —, após o desencadeamento da Sexto Mandamento e as acusações de tráfico de influência em favor dos PMs investigados.

sido um acerto entre Ricardo Rocha e autoridades, para conseguir doação para a campanha (os nomes das autoridades não são publicados porque não são processadas criminalmente).

"Não, moço, se ele ficou, se subiu (na lista), o resto a gente cuida", Roller responde a Ricardo Rocha ao ser questionado sobre a dificuldade de se promover André Ribeiro Nunes, outro suspeito de participar de um grupo de extermínio.

"Manda pra mim, por mensagem, agora pro meu celular, nome completo e RG seu", completou Roller. Nunes acabou promovido a major.

"O pessoal da Rotam, deixa eu relembrar o senhor; a Rotam são os assassinos da PM, os da farda preta", disse Ricardo Rocha a um interlocutor não identificado.

Apesar de admitir ter subido ao palanque do então major Ricardo Rocha várias vezes durante a campanha eleitoral, Roller garante não manter relações de amizade com o acusado. Sobre a patente dada a Rocha, mesmo esse sendo alvo de investigações da PF, o ex-secretário de Segurança justificou que ela atendeu a critérios pré-estabelecidos.

Gravações telefônicas feitas pela PF sugerem que Roller teria contribuído, ou tentado contribuir, para a campanha de Ricardo Rocha. Num dos diálogos interceptados, Rocha e Roller falam sobre a promoção do primeiro de major a tenente-coronel.

Na mesma conversa, Rocha reclama que André Ribeiro Nunes, suspeito de participar de um grupo de extermínio, não está conseguindo ser promovido. "Não, moço, se ele ficou, se subiu (na lista), o resto a gente cuida", responde Roller. Ele acrescenta, após ouvir a reclamação de Nunes, de que estaria com a pontuação baixa: "Manda pra mim, por mensagem, agora pro meu celular, nome completo e RG seu." Nunes acabou promovido a major.

Já o ex-secretário da Fazenda foi gravado em pelo menos três diálogos. Em um deles, Jorcelino Braga tratava de um compromisso com um cabo eleitoral. Em outro, recebeu pedido para conversar com o então comandante-geral da PM goiana, coronel Carlos Elias, sobre promoções de oficiais. No terceiro, ligou para Ricardo Rocha com a intenção de saber se ele já havia sido promovido a tenente-coronel.

Quem é quem

Os principais acusados de envolvimento com o grupo de extermínio que age no Entorno e em outras região de Goiás.

ERNESTO ROLLER

Secretário de Segurança Pública de Goiás durante o governo Alcides Rodrigues (2007-2010) e atual procurador-geral de Goiânia. Candidato a vice-governador de Goiás na última eleição pela chapa de Vanderlan (PP), mesmo partido de Rodrigues. Teria protegido os PMs investigados, promovendo-os após serem denunciados à Justiça por suposto envolvimento nas mortes de inocentes. Deputado estadual até o ano passado — como concorreu a vice-governador não pôde disputar a reeleição para a Assembleia Legislativa goiana —, Roller tinha como base eleitoral Formosa, sua terra natal, onde está baseado o 16º Batalhão da PMGO, responsável pela maioria das execuções, segundo as investigações.

RICARDO ROCHA

Ele carrega a fama de ser o maior matador da Polícia Militar de Goiás. Título dado pelo Ministério Público e pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do estado. O oficial e homens sob seu comando teriam tirado a vida de cerca de 100 pessoas. Rocha não nega a maioria das mortes, mas diz ter tirado a vida "apenas" de criminosos e em serviço. Ele responde a cinco inquéritos criminais, foi indiciado pela corregedoria da sua corporação e acabou afastado do comando do 16º Batalhão (Formosa) em setembro de 2010, quando, até então, tinha o apoio incondicional de Ernesto Roller.

JORCELINO BRAGA

Secretário da Fazenda de Goiás na gestão de Alcides Rodrigues, colega de partido. Assim como Roller, é investigado pela PF por "prática de tráfico de influência que resultaram nas promoções de patentes de integrantes da organização criminosa (o grupo de extermínio)". Quando era secretário, se viu envolvido em um escândalo de corrupção protagonizado por sua filha. Aniela Braga estaria cobrando 10% de comissão sobre os recursos liberados pelo governo do Estado para uma entidade beneficente. Até então, Jorcelino, que assumiu a secretaria em 2007 e se tornou o "homem forte" do governo Alcides, tinha o nome cotado para candidato ao governo do Estado.